


INSURGÊNCIA E HUMANIDADE DE CORPOS NEGROS NO CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA UFRB: PRODUÇÃO E EFEITOS DE SENTIDO DE DOCENTES NO TEMPO PRESENTE

 <https://doi.org/10.56238/arev7n4-237>

Data de submissão: 23/03/2025

Data de publicação: 23/04/2025

Carlos Adriano da Silva Oliveira

Doutorado em Educação Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Instituição: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

E-mail: carlosadriano0202@ufrb.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9163-4321>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1182327772314174>

Maria Cecília de Paula Silva

Pós-Doutorado em Sociologia e Educação Université de Strasbourg (UNISTRA)

Instituição: Universidade Federal da Bahia (UFBA)

E-mail: ceciliadepaula.ufba@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3506-8510>.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7631240054495428>

RESUMO

O artigo teve como objetivo conjecturar acerca de marcas e os efeitos de sentido vinculados às inscrições corporais negras – no tempo presente – no Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CFP/UFRB) no campus de Amargosa-BA. A abordagem qualitativa dialogou com a metodologia da pesquisa histórica do tempo presente. Como técnica de análise de dados, utilizou-se a produção de sentidos. Em campo, registramos e categorizamos 168 fotografias de pichações nas paredes do CFP (UFRB). As pichações foram feitas em uma ocupação estudantil no ano de 2016. Nesse bojo, escutamos, por meio de entrevista semiestruturada em ambiente virtual, seis docentes universitários/as autodeclarados/as negros/as sobre efeitos de sentidos atribuídos a essas expressões. Como considerações possíveis, indicamos reflexões mediadas pela ótica desses participantes, circulando por matérias significantes que demarcam práticas de insurgência, problematizam a relação entre racismo e humanidade e, ainda, formas de violência localizadas na realidade de inscrições corporais negras no tempo presente.

Palavras-chave: Educação. Relações Étnico-raciais. Corpos. Universidade.

1 INTRODUÇÃO

O artigo teve como objetivo conjecturar acerca de marcas e os efeitos de sentido vinculados às inscrições corporais negras – no tempo presente – no Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CFP/UFRB) no campus de Amargosa-BA. A dimensão de abordagem qualitativa amparada na metodologia da pesquisa histórica do tempo presente. As reflexões emergem em um trabalho realizado com seis docentes universitários(as) autodeclarados(as) negros(as). Esses participantes trouxeram efeitos de sentido a respeito de imagens fotografadas, contendo pichações nas paredes do CFP (UFRB), produzidas durante uma ocupação estudantil. Tais registros foram categorizados, considerando marcas de sentido e as inscrições corporais negras na universidade.

As múltiplas possibilidades dessa incorporação dialogam com a preocupação desta pesquisa, sendo esta produção, parte de um estudo de doutorado¹ desdobrado no formato *multipaper* (Watson e Nehls, 2016). Nesse caminho, a história do tempo presente incorpora a instância da memória em suas dimensões coletiva e individual, agregando possibilidades de fontes, como: recursos documentais registrados em documentos audiovisuais, filmes, documentários, diferentes suportes de informática, *fotografias*, escritos literários, relatos orais e escritos, charges, mapas, atas, peças publicitárias, jornais, revistas, música, dentre outros (Delgado e Ferreira, 2014, p. 8-9).

Na interpretação, aliados a essa perspectiva, foram utilizados os registros de fotografias e entrevistas semiestruturadas em ambiente virtual como fontes primordiais, com princípios da *história oral* (Hampâté Bâ, 2010; Alberti, 2013), atravessadas, anteriormente, por um questionário que produziu dados de caracterização e possibilidades de adaptação das entrevistas. Em relação ao aspecto analítico, partimos da técnica da *produção de sentidos*. Ressaltamos, desse modo, o que Verón indica diante da demarcação e os cuidados que devem ser expressos nos limites linguísticos de hipótese de leitura, especialmente, a *linguagem como atividade* que se configura como um jogo com diversos parceiros que sofrem influência de um sistema de normas sociais (Verón, 1980, p. 26-46). Esse jogo e essas influências, transportam-nos para esse caminho, problematizando marcas e efeitos de sentido dos participantes indicados.

Triangular essas estratégias de produção de dados, captando os efeitos de sentido por meio de fotografias e entrevistas semiestruturadas, possibilitou-nos pensar assimetrias tecno-discursivas e aprofundar as possibilidades de transferência de signos na relação emissor/receptor, indagando acerca

¹ No estudo ampliado, o objetivo foi compreender as marcas (efeitos) de sentido de docentes sobre inscrições corporais negras no Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CFP/UFRB), em Amargosa-BA. A UFRB é uma instituição de ensino superior gestada por uma política de interiorização do ensino superior federal, sancionada em 2005 no território do Recôncavo da Bahia.

de inscrições corporais negras, bem como a articulação com as fontes orais e imagéticas que alimentaram conjecturas acerca: dos discursos de referência; as condições discursivas de produção e o reconhecimento da configuração translinguística da disposição dos signos no campo de pesquisa.

Em vista disso, em alusão ao título que faz referência à insurgência de corpos negros, retomamos ponderações do intelectual Abdias do Nascimento – ator, poeta, escritor, dramaturgo, artista plástico, professor universitário, político e ativista dos direitos civis e humanos das populações negras brasileiras –, um legado para a nossa existência. A atualidade de suas reflexões é um marcador de crucial relevância para pensar a luta contra o racismo no contexto brasileiro. Nessa perspectiva, no livro *O Quilombismo*, acerca da abolição o autor provoca:

“Abolição” de quem? Após a abolição formal da escravidão a 13 de maio de 1888, o africano escravizado adquiriu a condição legal de “cidadão”; paradoxalmente, no mesmo instante ele se tornou o negro indesejável, agredido por todos os lados, excluídos da sociedade, marginalizado no mercado de trabalho, destituído da própria existência humana. Se a escravidão significou crime hediondo contra cerca de trezentos milhões de africanos, a maneira como os africanos foram “emancipados” em nosso país, não ficou atrás como prática de genocídio cruel. Na verdade, aboliram qualquer responsabilidade realizada por brancos e para o benefício dos brancos. (Nascimento, 2019, p. 87)

Acionamos esse argumento sobre a abolição, assim como poderíamos utilizar outras formas de mistificação produzidas pelo racismo no Brasil. A intenção é expor verdades inconvenientes, uma vez que com essa citação, por ora, denunciemos. Essa atitude incomoda e gera diferentes expressões na realidade. Destacamos, ainda, que o autor encaminha o argumento, mencionando que a *assinatura da “Lei Áurea” (para brancos) consistiu em uma atitude exclusivamente jurídica*, sem raízes na verdadeira luta dos negros sequestrados no continente africano (Nascimento, 2019). Não obstante, ao longo da história brasileira, os corpos negros apresentaram significantes respostas de luta.

A verdade inconveniente nos remete a questionar as origens da luta contra o racismo, além dos discursos de desmobilização que envolvem esse movimento do contexto brasileiro, sobretudo marcado por imposições da branquitude. Nesse interim, em produção anterior, avaliamos as mistificações perversas que levam a sentença do convívio habitual com o racismo e as tendências dos corpos negros, a desaparecerem de si (Oliveira e Paula Silva, 2022). Assim, ativamos mais provocações sobre verdades inconvenientes no debate, partindo do livro intitulado *o Retrato do Descolonizado*, de Albert Memmi (2007).

Memmi (2007) expõe o provável desagrado que pode suscitar com o livro, inclusive, aos seus amigos. Trata de múltiplas experiências, problematizando mecanismos de descolonização que regiam a lógica das colonizações, segundo o autor: *desde cores alegres até carências do colonizado*. Complementar a isso, aponta o desejo de conjecturar sobre o que chama de *um balanço verídico*, em

que apoiar os descolonizados² não é apenas ter por eles alguma precavida compaixão, mas também dizer a si mesmo e a eles a verdade (*ou suposta verdade*³), porque considera-os dignos de ouvi-las. Em sua apresentação faz crítica a uma *estranha paralisia de pensamento e ação* (MEMMI, 2007, p. 9-14). O autor indica a importante tarefa de analisar as descolonizações, e os motivos práticos da ausência de êxito e, em um cenário específico, expõe:

Os negros americanos [EUA] não são descolonizados, embora tenham certos traços em comum com eles, assim como tinha muito com os colonizados. Mas trata-se das mesmas respostas evasivas. É ainda culpa da história, é sempre culpa dos brancos. O dolorismo é uma tendência natural a exagerar as próprias dores e a imputá-las a outrem. Existem até falsas vítimas e falsos colonizados. Como os descolonizados. Enquanto não se livrarem desse dolorismo, dessas pseudo-explicações, que são álibis, os negros não poderão analisar corretamente sua condição e agir como convém. (Memmi, 2007, p.36)

No entremeio do argumento, em uma avaliação global, Memmi diz que, no processo de uma suposta descolonização, o tirano vai alimentar o que chama de *desvios de espírito*. Estratégias de manter o poder dos potentados (o tirano multiplica os ferrolhos), busca alianças com duas potências: religionários e militares, multiplicando favores e vontades. Cita exemplos de Marrocos, Egito, Argélia, Tunísia, com elementos de coerção e imposição totalitária relacionados à aliança convertida aos religionários. Sobre os militares, destaca o poder em nações ex-colonizadas, perpetuado por hierarquia, disciplina e obediência, elementos importantes para o déspota. Assim, segundo o autor, *Exército e Igrejas são Estados dentro do Estado* (Memmi, 2007, p. 31-35).

Em nossa interpretação, no relato está a necessidade de avaliar os contextos, considerando uma ideia de verdade projetada por Memmi, sem perder de vista a violência histórica e do tempo presente, com a culpabilização do descolonizado (ou ex-colonizado) por uma suposta inércia e, por conseguinte, proceder com a absolvição do tirano. Nessa medida, não desconsideramos a importância de revisões em torno desse processo de estratégia dos potentados. Desse modo, retomamos a produção de sentidos e a linguagem como atividade no jogo e influências em disputas dos desvios de espírito, compreendendo que qualquer semelhança no contexto brasileiro não é mera coincidência. Em suma, avaliamos a leitura como imprescindível.

Notadamente, do ponto de vista do contexto brasileiro – com a lente interpretativa no tempo presente – pensando o futuro, indagamos: em que medida somos descolonizados? Ou, em que medida somos ex-colonizados? Ou, somos ainda colonizados, alimentando um caminho de descolonização?

² Memmi (2007) problematiza o argumento da existência de ex-colonizados. O autor descreve uma realidade *nova*: a dos homens que foram colonizados e não o são mais, ou quase não o são mais. Em sua leitura, cita o contexto brasileiro em diferentes momentos do manuscrito.

³ Grifos da autoria do artigo.

Coabitamos com esses questionamentos. No entanto, é crucial intensificar a vigilância perante a ideia de linguagem como atividade e suas influências em jogos de apagamento da história, especialmente, no que tange ao *dolorismo* mencionado, tendo em vista que, com eloquência e requinte, a racionalidade prática e a *interpretação do outro* não apaga a dor (ou a história). Isto é, o desejo de superação por vezes mobilizado por argumentos da branquitude não apaga a dor, especialmente, se a ideia de superação não for acompanhada por uma aliança efetiva contra o racismo e as diversas formas de opressão.

O argumento de *pseudo-explicações como álibis*, em nossa interpretação, remonta significantes em torno da individualização da dita culpa. Falar sobre o passado não pode ser considerado um elemento de estagnação da luta. O passado da história colonial brasileira, se lido de maneira não mistificada, produz um efeito de verdade inconveniente. Dessa forma, analisar as denúncias da realidade material dos corpos negros e a repetição da violência é um fator que incomoda. Contudo, silenciar o debate não é uma saída aceitável. Em cenários de educação e de formação, esse posicionamento implica, diretamente, na produção de sentido e conscientização da necessária resistência às mazelas do racismo no tempo presente e no futuro.

Por isso, a importância e atualidade das reflexões de Abdias do Nascimento. Em consonância com o autor, destacamos o anúncio: a luta nunca cessou, a insurgência é uma realidade. Nessa perspectiva, ao esquematizar o ABC do Quilombismo é crucial fazer referência a menção do autor para o termo *Cuidar*, visto que *cuidar de organizar a luta por nós mesmos é um imperativo da nossa sobrevivência como um povo. Devemos por isso ter muito cuidado ao fazer alianças com outras forças políticas, sejam as ditas revolucionárias, reformistas, radicais, progressistas ou liberais* (Nascimento, 2019, p. 296). O cuidado acionado requer, segundo o autor, a disposição tática e estratégica para que as comunidades negras não sejam manipuladas por interesses de causas alheias ou à sua própria.

O anúncio de insurgências segue no tempo presente, os sentidos e a apropriação dos cuidados situam-se a partir da condição de produção, recepção e do produto imagético que analisamos. Contextualizamos o argumento e avivamos as provocações ponderando o CFP (UFRB). Em outubro de 2016, os seis campus da UFRB foram ocupados por estudantes nas cidades de Cruz das Almas, Cachoeira, Amargosa, Santo Antônio de Jesus, Feira de Santana e Santo Amaro. A ocupação durou aproximadamente dois meses.

Os estudantes exigiam melhores condições de permanência, e a principal pauta do movimento foi o protesto contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016 ou 55/2016, propondo *alterar o ato das disposições constitucionais transitórias, para instituir o novo regime fiscal, e dá outras providências*, que estabeleceu um teto dos gastos públicos, limitado às despesas do ano anterior,

corrigidas pela inflação, sendo a regra de congelamento do teto válida por 20 anos após a aprovação. As reivindicações, de ordem nacional, abarcaram várias categorias e as posições contrárias à PEC estavam situadas em torno dos riscos e retrocessos no que tange ao financiamento de serviços públicos essenciais como educação e saúde. Também atrelado a essa experiência, a efervescência política provocada pelo golpe que culminou no impeachment da presidenta Dilma Rousseff, pairava no CFP (UFRB).

As sensações de indignação com o contexto foram um dispositivo que ativou a mobilização estudantil. Nesse conjunto, destacamos as experiências envolvendo o Movimento Estudantil Independente (MEI), realizando formações sobre conjuntura política, momentos culturais, intervenções artísticas com sambas de roda, cinema, oficinas, intervenções em feira de agricultura familiar, debates diversos durante a ocupação, reuniões de articulação com estudantes secundaristas de Amargosa e cidades circunvizinhas – no caso específico do CFP/ UFRB – uma série de pichações foram feitas nas paredes do prédio de aulas.

Diante da experiência sensível do pesquisador com essa realidade, registramos, em 2018, 168 fotografias nas paredes do CFP/UFRB. Inicialmente, o registro das fotografias foi uma proposição pensada como produto para reflexão em aulas, palestras e encontros. Contudo, ao avaliar o material, foi perceptível os efeitos de sentido ligados ao objetivo do estudo de tese ampliado, às inscrições corporais negras na universidade. Efeitos que passamos a problematizar na sequência.

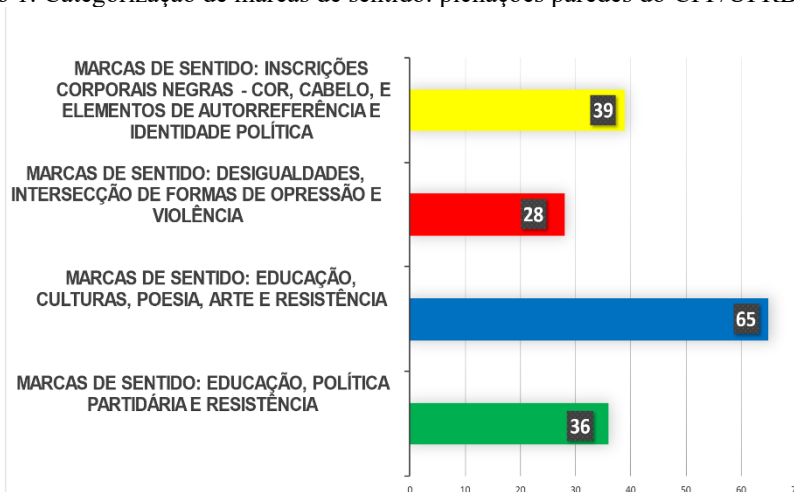
2 AS FORMAS DE LINGUAGEM COMO ATIVIDADE: PAREDES, INSURGÊNCIA E HUMANIDADE

O anúncio da linguagem como atividade está vinculado a um *jogo* vivido nas expressões de insurgência pichadas nas paredes do CFP/UFRB. As marcas sociais e culturais são apreendidas dentro de uma semiose social, de forma translinguística (Verón, 1980). Esse atravessamento é crucial na apreensão da realidade. O triangular de instrumentos na análise e interpretação de dados teve por finalidade compreender expressões de sentido e rigor, evidenciando a pertinência dos códigos e o sistema significante desdobrado nesse jogo.

Como fundamento das argumentações, em diálogo com Gomes, Miranda e Silva (2018), concordamos com a abordagem do *grafite/pichação como potentes dispositivos culturais*. O texto reflete sobre esses dispositivos culturais no chão da escola e atentam para a sua importância na composição das paisagens urbanas. A reflexão também sinaliza que o grafite e a pichação, de maneira subliminar, revelam ruídos urbanos, produção e criação do espaço, manifestações artísticas de diversos grupos que é tanto estética, como política.

Vale dizer que não utilizamos o termo *pichação* de forma estereotipada ou depreciativa. Nossa interpretação está atrelada ao conteúdo político e a produção de sentido que se expressa para além dos corpos. Gritos visuais concernentes com as realidades de reivindicação e exposição pública de desejos e anseios. Nesse caminho, registramos marcas das paredes pichadas no CFP/UFRB, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 1: Categorização de marcas de sentido: pichações paredes do CFP/UFRB - 2016.



Fonte: Acervo pessoal de fotografias. Carlos Adriano da Silva Oliveira (2018).

As categorias em destaque circulam sentidos que se aproximam, a configuração explicitada não se imprimir de forma refratária. Contudo, aliado ao objetivo em curso, orientamos a disposição das fotografias em quatro marcas de sentido descritas. Nessa medida, foram registradas 28 fotografias com as marcas de sentido sociais e culturais envolvidas em efeitos de sentido das *desigualdades* e, *intersecção de formas de opressão e violência*. Nessas marcas, ganham evidência manifestações, como: *todas as coisas estão cheias de deuses; Jesus vive; a UFRB é de Jesus; a fé em um deus nos faz submissos perante o sistema; bandido bom é bandido morto, mas depende do bandido; é preciso ter coragem para ser mulher nesse mundo, para viver como uma, para escrever sobre elas; lute como uma mulher; seu machismo bate em minha pomba e gira; homossexualidade e heterossexualidade são como sutiã e biquíni, exatamente a mesma coisa, mas um é aceito em público e o outro não*. Portanto, apontam efeitos sobre espiritualidade, machismo, diferentes formas de sexualidade, pobreza, fome e, com maior destaque, pichações sobre gênero e afirmação política das mulheres.

Ao demarcar a categoria *educação, política partidária e resistência*, com 36 fotografias, retomamos a efervescência do contexto histórico, em especial, o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff. As pichações retrataram um conteúdo muito explícito do desejo de resistência, da importância da mobilização, da garantia de direitos e, faz um chamado à luta. O repúdio e slogans

contra candidatos e, então, aspirantes à concorrência da presidência da república também são evidenciados. No caminho semelhante a essa efervescência, as marcas de sentido sociais e culturais com efeitos que compõe a categoria *educação, cultura, poesia, arte e resistência*, com 65 fotografias registradas, apontam reflexões sobre o amor, autocuidado, pichações com imagens que contornam um corpo com vários símbolos e interrogações, árvores com frutos e mensagens sobre a natureza. Há, ainda, mulheres com corpo despido, poesias e fragmentos de músicas com conteúdos diversos.

O conteúdo das formações políticas durante as ocupações contribuiu para que as mensagens de *resistência* fossem recorrentes e destacadas nas categorias citadas. Dessa forma, nas paredes pichadas, encontramos menções, como: *existô porquê resisto; lutar sempre, Temer jamais; Saia da zona de conforto; Só a luta garante o direito dos povos; militância é obrigação; rebele-se; já revolucionou hoje?; vem pra luta; meu corpo, minha revolução*, dentre outras.

A produção de sentidos pode ser mobilizada de diferentes lugares. A ideia de provocar e contextualizar argumentos com fotografias parte da compreensão desse registro como documento vivo. Assim, em diálogo com o objetivo do artigo e como critério de delimitação, passamos a conjecturar com maior abrangência sobre as marcas de sentido aproximadas às *inscrições corporais negras – cor, cabelo, e elementos de autorreferência e identidade política*.

As marcas e efeitos de sentido atravessadas nas fotografias por inscrições corporais negras foram base para reflexões durante a escuta de seis docentes em entrevistas semiestruturadas (ambiente virtual). Segue tabela com síntese da caracterização:

Tabela 1: Caracterização de docentes participantes da pesquisa

NOME FICTÍCIO	COR / IDENTIDADE DE GÊNERO	TEMPO DE EXPERIÊNCIA DOCENTE	ÁREAS DE CONHECIMENTO
BITITA INSURGENTE	Preta / Mulher Cis	14 anos de experiência	Docência, Saberes e Práticas
CABOCLO MARINGUELLA	Preto / Homem Cis	11 anos de experiência	Cultura, Corpo e Educação
DANDARA CONSCIENTE	Preta / Mulher Cis	21 anos de experiência	Humanidades, Letras e Artes
PAULINHO SAMBISTA	Preto / Homem Cis	19 anos de experiência	Física e Sociedade
PONCIÁ VICÊNCIO SONHADORA	Preta / Mulher Cis	11 anos de experiência	Cultura, Corpo e Educação
OGUNJÁ REI	Preto / Homem Cis	30 anos de experiência	Humanidades, Letras e Artes

Fonte: Elaboração de Carlos Adriano da Silva Oliveira (2021).

Os critérios para definir os participantes correspondem a marcadores do estudo de tese ampliado: docentes universitários(as) autodeclarados(as) negros(as), atuantes como efetivos do CFP

/UFRB no campus de Amargosa-BA, espaço de formação de formadores, respondentes do questionário encaminhado anterior à realização das entrevistas.

No sentido de garantir olhares não unilaterais, equilibramos a participação por identidade de gênero, sendo: três docentes que indicaram a identidade de gênero de *mulher cis* e três *homens cis* com idades compreendidas entre 31 e 60 anos e, experiência profissional entre 11 e 30 anos de docência, contemplando a atuação na educação básica e no ensino superior. Outro fator importante, foi a disposição de docentes em diferentes áreas de conhecimento⁴, a saber: Cultura Corpo e Educação (2); Docência, Saberes e Práticas Educativas (1); Física e Sociedade (1); Humanidade Letras e Artes (2).

Os nomes fictícios emergem das apreensões da cultura negra, escolhidos pelos participantes da pesquisa como significantes em suas trajetórias. Foram acionadas indicações de personagens da literatura negra feminina (Bitita Insurgente e Ponciá Vicêncio Sonhadora)⁵; da música (Paulinho Sambista⁶); da religiosidade (Ogunjá Rei⁷); ancestralidade; luta e vinculação política (Dandara Consciente e Caboclo Maringhella)⁸.

A incursão no trabalho a partir de imagens justificou-se pela intenção de conjecturar acerca dos sentidos atribuídos às inscrições corporais negras na universidade, no nosso tempo e espaço de produção, nesse caso, no CFP/UFRB. O artifício imagético foi utilizado no desenvolvimento das entrevistas. As imagens foram dispostas em intervalos de projeção, com marcas de sentido sobre inscrições corporais negras e posterior posicionamento dos participantes, com reflexões articuladas aos sentidos que circularam durante o contato.

Ao analisar imagens fotográficas, consideramos as contribuições de Mauad (2005), apontando que desde as últimas décadas do século XIX a percepção visual do mundo foi marcada pela utilização de dispositivos técnicos para a produção das imagens. A demanda social de imagens foi se ampliando ao longo do século XX a ponto de podermos contar a sua história por meio das imagens técnicas, notadamente, a fotografia. Assim,

a questão da produção – o dispositivo que media a relação entre o sujeito que olha e a imagem que elabora. Por meio dessa atividade de olhar ocorre a manipulação de um dispositivo de

⁴ Em virtude das dimensões de delimitação e da utilização da condição de respondentes do questionário como critérios de seleção, nesse instante da pesquisa, caracterizamos docentes que realizaram as entrevistas. Em relação às áreas de conhecimento, nesse momento, não foram contempladas as áreas de Matemática pura aplicada (não houve respondentes); Química, Tecnologia e Sociedade (1 respondente); Ensino de Ciências e Matemática (1 respondente). Em estudos futuros, pretendemos escutar e refletir sobre a ótica dos docentes por área de conhecimento, acerca de inscrições corporais negras na universidade.

⁵ Bitita, como era conhecida a escritora negra Carolina Maria de Jesus em sua infância, e Ponciá Vicêncio é o título de uma obra e da personagem do primeiro romance da escritora negra Conceição Evaristo.

⁶ Paulinho Sambista, faz referência e homenagem ao cantor e compositor Paulinho da Viola.

⁷ Ogunjá é um orixá ou divindade afro-brasileira.

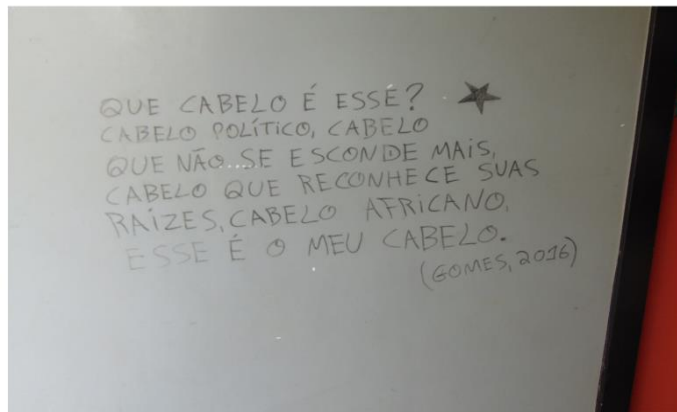
⁸ Dandara, mulher negra e guerreira. É um dos principais nomes da luta negra no Brasil e Carlos Maringhella foi um político, escritor e guerrilheiro. Lutou contra a ditadura militar brasileira.

caráter tecnológico que possui determinadas regras definidas historicamente. [...] A questão da recepção – associada ao valor atribuído à imagem pela sociedade que a produz, mas também a recebe. [...] A questão do produto – entende-se aí a imagem consubstanciada em matéria, a capacidade da imagem potencializar a matéria em si mesma, como objetivação de trabalho humano, resultado do processo de produção de sentido e relação sociais. Compreendida como resultante de uma relação entre sujeitos, a imagem visual engendra uma capacidade narrativa que se processa numa dada temporalidade. (Mauad, 2005, p. 135).

No que tange aos desdobramentos teórico-metodológicos do trato com as imagens, a citação acima enfoca a questão da *produção*, *recepção* e do *produto*. Nessa medida, dentro da temporalidade em que nos propomos a refletir, as marcas de sentido foram circuladas, considerando a aproximação com as inscrições corporais negras. Os signos de sentido em destaque foram: *cabelo*, *cor da pele*, *religiosidades*, *genocídio e violência contra a juventude negra*, *autorreferência* e *identidade política*. Explicamos o caminho percorrido, com vistas a avivar o contexto de produção das imagens, e passamos a conjecturar, ponderando esses signos e os depoimentos de docentes participantes.

Durante a categorização das fotografias, uma marca de sentido recorrente foi a utilização dos cabelos como elemento de autoafirmação e valorização da identidade negra em uma dimensão política. Tendo em vista esse signo de sentido, arguimos os/as docentes em torno das sensações diante da recepção da imagem que segue:

Imagem 1: Pichações paredes CFP (UFRB) – signo em destaque: cabelo



Fonte: Acervo pessoal de fotografias. Carlos Adriano da Silva Oliveira (2018).

A recepção da entrevistada Ponciá Vicêncio Sonhadora coloca em evidência a *transição capilar* em experiência de mulheres negras; a estética e a dimensão midiática dos corpos, a importância simbólica do CFP e a produção de sentidos em torno da ideia de raiz da afirmação da identidade negra, dizendo:

É massa isso. [RISOS]. Fico lembrando da minha vida, do meu processo de transição capilar. Inclusive faço a transição capilar na UFRB. Começava aí a questão de uma consciência... [PAUSA]. Já me via como Negra e tudo, mas ter a consciência racial mesmo,

creio que foi nesse processo de transição capilar. Muitos estudantes também começam a mudar o cabelo, é muito forte essa coisa da raiz, a raiz do cabelo. Se identificar Negra assumindo isso. Para quem nunca fez isso, não tem a dimensão do que é. É você se libertar de um modelo de beleza que é o cabelo liso, e várias opressões que você sofre na infância [EMOÇÃO, SINAIS DE CHORO], são várias memórias. Hoje temos outras possibilidades, outras referências de cabelo crespo, black, porque muita gente antes veio fazendo esse movimento de soltar os cabelos e assumir a raiz. Isso é muito forte no CFP. E amo meu cabelo hoje [...] para você ter uma noção: eu não sabia como era a textura do meu cabelo, aí cortei bem curto, conversei com meu companheiro, que apoiou a decisão e assumi. Eu acho que essa coisa do CFP ajudou muito: ver outras colegas, ver alunas fazendo essa transição. Conversávamos, inclusive, para dialogar como era. Cabelo é uma das grandes inscrições corporais negras do CFP. (Entrevista – Ponciá Vicêncio Sonhadora, 2021)

No testemunho da entrevistada o CFP é determinante para que ela possa assumir, de fato, a sua raiz como mulher negra. As memórias produzidas indicam o sentimento de *liberdade* em contraste com *um modelo de beleza que é o cabelo liso, e várias opressões que você sofre na infância*. As trajetórias que percorrem essa experiência de opressão são produtos do racismo. Superar essa produção, na exposição analisada, se materializa no processo de transição capilar, em especial, como um sistema de referência e autorreferência que é situado com marcas de sentido aparente, no caso, os cabelos.

Em relação às memórias descritas pela entrevista de Ponciá Vicêncio Sonhadora no testemunho sobre transição capilar em experiência de mulheres negras, colocamos em diálogo as provocações de Gomes (2020) em seu livro intitulado: *Sem perder a raiz: Corpo e cabelo como símbolos de identidade negra*. Nele, a autora reflete sobre o processo de rejeição/aceitação/ressignificação do corpo e do cabelo, elencando possíveis motivos de rejeição, aceitação e ressignificação perpetuadas na dinâmica dessas expressões.

Dentre os motivos explicitados estão a narrativa sobre a infância, emergindo memórias familiares em que o olhar sobre o corpo negro segue a ideologia do branqueamento, e quando adulta, a recusa a essa realidade; o devir da rejeição/aceitação mobilizado pela compreensão de raízes históricas, em especial, as marcas profundas e negativas para a identidade negra na escravidão. Além de conflitos acerca das projeções de *boa aparência*,⁹ socialmente construídas, de rejeição/aceitação em marcas inscritas na complexa constituição da subjetividade do negro, em vias de reconhecimento estético e político por meio do corpo e do cabelo. (Gomes, 2020, p. 135-182)

Ver a estética em torno do cabelo em projeções midiáticas da televisão também são acionadas na entrevista de Ponciá Vicêncio Sonhadora. Nesse caminho, concordamos com Sodré (2001, p. 19) ao explicar que *a televisão não é um veículo transmissor de conteúdo. A televisão é uma ambiência*,

⁹ A interpretação de boa aparência aqui é situada em um depoimento no livro que remete às dimensões de autorepresentação do negro, a partir da necessidade de romper com o estereótipo de negro = sujo. No caso específico, boa aparência e limpeza são critérios de boa apresentação para conseguir emprego. (Gomes, 2020, p. 153-162)

multissensorial. A televisão não se dirige à mente das pessoas. Ela se dirige ao corpo do indivíduo. O autor, dentre outras questões, enfatiza a ideia de recepção da televisão como forma de vida, que cria e amplia realidades, onde os conteúdos em jogo atuam nas relações sociais de administração do tempo, das consciências e da construção de uma vida vicária, substitutiva.

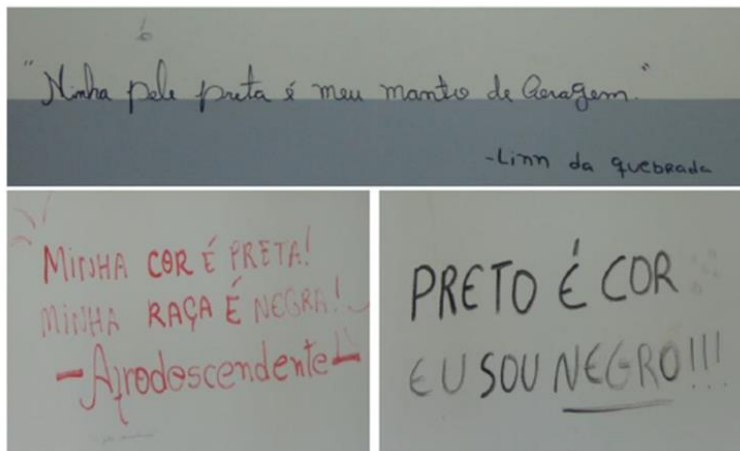
A televisão, dentro dessa esfera multissensorial, entra no jogo, tensiona a consciência e, em termos de inscrições corporais negra, (re)produziu ao longo da história marcas de sentido depreciada em torno dos corpos negros. Essa produção de imagem foi percebida por intelectuais e por ativistas que compreenderam a importância também de disputar o espaço de produção de sentidos. Aliando a esse debate, no tempo presente, indicamos o horizonte expresso pelo ativismo virtual em redes sociais, especialmente, as reflexões de Longo (2019), ao confirmar *a disputa de narrativas com a mídia tradicional*, em uma busca pela transformação do olhar atribuído à estética da mulher negra, que, por vezes, estava também relacionada com a agenda política dos movimentos de mulheres negras.

Importante atentar-se para a mobilização dessas mídias que articulam também as marcas de sentidos dentro de uma esfera de manipulação da consciência negra em prol das armadilhas do embranquecimento e da colonização. Os sistemas de referência e autorreferência ativam reflexões sobre marcas sociais e culturais desses corpos. Assim, é imprescindível avaliar a condição estética como política na tomada de consciência da identidade negra. Em outros depoimentos, isso implica diretamente nas relações sociais e processos de *humanização*. O que pode ser observado na declaração que segue:

Nessa questão do cabelo [...] tem sua importância por você superar uma ideia de desumanização da pessoa negra. Desumanização no sentido completo, tudo que faça referência a pessoas negras é entendido como algo inferior. Isso traz efeitos na própria subjetividade. A pessoa com baixa autoestima, que não se entende como humana, que pode agir e atuar na sociedade. Não digo isso do ponto de vista da estética, estou falando de uma subjetividade. Essa valorização do cabelo da pessoa negra dá condições para que essa pessoa se entenda como alguém no mundo, e, a partir daí se movimentar para transformação dessa realidade. O fim não é somente dizer: meu cabelo é bom e está tudo bem. Meu cabelo é bom. Eu sou um sujeito. E o mundo que se construiu para dizer que meu cabelo é ruim, esse eu não quero. (Entrevista – Paulinho Sambista, 2021)

Antes de problematizar o argumento acerca da *desumanização* mobilizado no fragmento de entrevista acima, atravessamos outro signo de sentido presente nas fotografias, *a cor da pele*, também replicado para acionar a recepção de docentes participantes. Retomamos um argumento de Gomes (2020), refletindo sobre cor e cabelo como *uma dupla inseparável*. Colocamos a recepção desse signo por intermédio do intervalo de três imagens que seguem e, na sequência, os efeitos de sentido projetados pelos docentes:

Imagem 2: Pichações paredes CFP (UFRB) – signo em destaque: cor da pele



Fonte: Acervo pessoal de fotografias. Carlos Adriano da Silva Oliveira (2018).

É a necessidade de demarcar. Faz parte das nossas nuances no debate racial entender o que é preto e o que é negro. Temos uma universidade que é preta e parda, logo, nesse conjunto ela é negra. [...] Existe uma noção de humanidade. Uma coisa é ser um objeto. Outra coisa é ser negro. Negro como forma de vida. Existe um demarcador importante que é essa separação, para reafirmação da humanidade como pessoa negra. (Entrevista - Bitita Insurgente, 2021)

Importante pensar na confusão conceitual: é preto? é negro? é afrodescendente? Eles nos esfacelaram e ainda comemos essa pilha. [...] reivindicar o lugar das negritudes no nível que estamos, o desprezo a palavra negro, mesmo com a carga pejorativa que tem, também vai desprezar lutas importantes como o movimento da negritude, como bela, digna e de afirmação. Precisamos de unidade. Precisamos fortalecer esse lugar, se for chamada de preta ou negra, de forma valorizada, eu vou estar nesse lugar. Não gosto da ideia de afrodescendente. [...] a partir das conveniências, o afrodescendente vai dar margem a muitas pessoas se beneficiarem a partir da conveniência. Eu não gosto. [TRAZ EXEMPLOS SOBRE FRAUDES EM COTAS RACIAIS E EXPERIÊNCIA DE CORPOS NEGROS COMO NÃO PRIVILEGIADOS, MESMO COM EM CONDIÇÃO DE CLASSE SOCIAL ABASTADA ECONOMICAMENTE, SOFRE RACISMO]. Temos que ter um lugar de unidade. [...] Acho que essa não é a questão central do nosso debate. Temos que nos unir em torno dessas *pretitudes* para enfrentar o racismo e descolonizar as mentes que querem nos colocar no lugar de degrado. (Entrevista - Dandara Consciente, 2021)

Em nossa interpretação, no caso de docentes universitários negros, essa relação entre *sujeito e objeto* destacada na entrevista com Bitita Insurgente é circulada também de outras tensões. A adequação política ao debate conceitual em relação à cor da pele é multissensorial. O chamado para a *unidade de ação contra o racismo*, mediado também por nossas diferenças, indicado no depoimento de Dandara Consciente, nos remete a múltiplos cenários de reflexão. Por escolha, conduzimos a análise e argumentação considerando a ideia de intelectuais colonizados. A esse respeito, Fanon (2005) aponta a justeza de ideias colonizadas e sua reprodução em práticas do individualismo. Nesse viés,

O intelectual colonizado aprendeu com seus senhores que o indivíduo deve se afirmar. A burguesia colonialista martela no espírito do colonizado a ideia de uma sociedade de indivíduos em que cada um se fecha na sua subjetividade, em que a riqueza é a do pensamento. Ora, o colonizado que tiver a chance de se misturar ao povo durante a luta de libertação vai descobrir a falsidade dessa teoria. (Fanon, 2005, p. 64)

Em contraponto a esse olhar intelectual colonizado, refletimos sobre o posicionamento na entrevista de Paulinho Sambista ao dialogar também sobre *ressignificação* de processos de humanização e desumanização de corpos negros, marcando efeitos de sentido sobre o intervalo que consiste em pensar o signo de sentido cor da pele. O depoimento explicita:

Uma busca por valorização, ressignificação positiva do corpo negro. Seu tom de pele. Importante saber também que esse tom de pele não é, não justifica, ou legitima as mazelas que fazem com as pessoas negras. [...] Uma observação na primeira imagem: a ideia da cor como *manto de coragem* me remete a associação de combate. Um quilombo. Uma resistência. Não é só resistência, o Quilombo de Palmares, ele não é só uma resistência do ponto de vista do dizer que não sou mais escravizado. Ele é uma proposta de um outro modelo de sociedade. Esse manto de coragem pode fazer referência a essa forma de luta não apenas para fugir, e sim como proposta para uma outra sociedade. (Entrevista – Paulinho Sambista, 2021)

Paulinho Sambista aciona a recepção da imagem na dinâmica de ressignificar a cor como *manto de coragem*, com sua valorização e a associação à perspectiva não mistificada dos quilombos, em sua gênese e organização. Essa ação produz esse sentido de contraponto a uma realidade individualista da questão. Culpabilizar o indivíduo nos cotidianos de racismo é um efeito recorrente no contexto brasileiro. Munanga (2020 p. 19-20) falando sobre a afirmação da solidariedade coletiva, e outras implicações da negritude, enfatiza que, o fator comum, o fio condutor é a realidade de desumanização, atrelada a políticas sistemáticas de destruição e negação da existência cultural. O autor convoca ao engajamento diante da revalorização e aceitação, amparados em um reconstruir positivo da imagem e história dos corpos negros.

Necessário uma reflexão mais profunda que compreenda as inscrições corporais negras, atravessando por processos subjetivos, porém importante não perder de vista as articulações dessa esfera subjetiva com marcas sociais e culturais coletivas. Assim, o argumento supracitado sobre a afirmação da solidariedade coletiva, está em consonância com as provocações de Abdias do Nascimento, sobretudo assegurado, em nossa leitura, na citação abaixo:

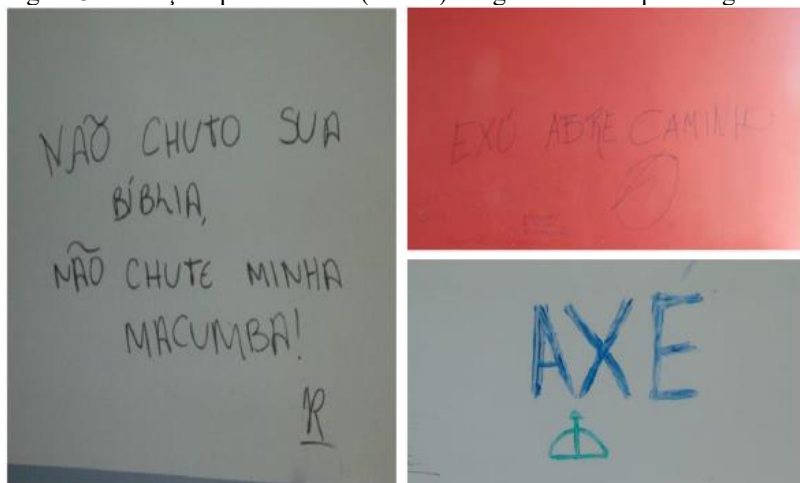
O quilombismo se estruturava em formas associativas que tanto podiam estar localizadas no seio de florestas de difícil acesso, que facilitava a sua defesa e organização econômica-social própria, como também assumiram modelos de organização permitidos ou telhados frequentemente com ostensivas finalidades religiosas (católicas), recreativas, beneficentes, esportivas, culturais ou de auxílio mútuo. Não importam a aparência e os objetivos declarados: fundamentalmente, todas elas preencheram uma importante função social para comunidade negra, desempenhando um papel relevante na sustentação da comunidade africana. Genuínos focos de resistência física e cultural. (Nascimento, 2019, p. 281)

Complementar a esse argumento, Nascimento (2019) confirma que o quilombismo está sempre em constante reatualização, atendendo às exigências do tempo histórico e às situações do meio geográfico. *Embora os ideais do quilombismo sejam percebidos de forma difusa, elas se desdobram*

de forma consistente como ideal forte denso. As paredes pichadas no CFP (UFRB) podem ser lidas a partir dessa mobilização coletiva que reivindica a humanização de corpos negros no espaço universitário. Cor e cabelo, a dupla inseparável, apresentam-se como matérias significantes importantes na conjunção da tomada de consciência valorizada das inscrições corporais negras na universidade.

Outras marcas de sentido em torno da humanização são registradas nas paredes. Destacamos, dessa forma, a polissemia de leituras e interpretações que é ativada por expressões conflitantes descritas também por signos de sentido que envolvem as religiosidades. Sobre esse signo em destaque, projetamos o intervalo de fotografias que segue com depoimentos.

Imagem 3: Pichações paredes CFP (UFRB) – signo em destaque: religiosidades



Fonte: Acervo pessoal de fotografias. Carlos Adriano da Silva Oliveira (2018).

A recepção de signos que envolvem as religiosidades foi demarcada também em categoria de análise anterior. Aqui, registramos fotografias desse signo de sentido atreladas às inscrições corporais negras na universidade. Os testemunhos apontam para *a naturalização do cristianismo como norma e para as disputas políticas*, conforme se lê:

Vejo uma circulação com muita tranquilidade do cristianismo. Quando trabalhei como coordenadora pedagógica sempre comentei sobre a obrigação de acolher, hastear Bandeira, cantar o hino, receber os estudantes com músicas evangélicas e católicas, rezando o Pai Nosso e Ave Maria. Questionei o porquê isso? Onde estou? Questionava, mas as professoras e a direção continuaram a fazer. O cristianismo circula com muita tranquilidade nos espaços, e na universidade não é diferente. Estudei na graduação e lembro de grupos católicos que se reuniam e colocavam várias mensagens espalhadas na [CITA IES]. Aqui no CFP também vejo muitos grupos evangélicos assim. Questões de ordem privada que estão no espaço público e não são questionados quando se refere ao cristianismo. Reafirmar a *macumba*, falar de *Exu*, deixar o símbolo do Axé na parede da universidade é dar um recado: se estamos falando de religião, temos que considerar todas. E se considerar o espaço laico retire também a sua Bíblia, pois ninguém vai chuta-la. No Brasil o cristianismo foi normalizado como presente dentro das instituições. (Entrevista - Bitita Insurgente, 2021)

Religiosidade é um debate problemático. Ando no Axé, tenho fé nos orixás, rezo para eles, e eles cuidam de mim. E também frequento a igreja católica, sou devota de Nossa Senhora Aparecida. Minha pertença religiosa é muito marcada por essa pluralidade. [...] Não acho que nossa religião é para chegar no espaço da universidade e se tornar alicerce desse espaço. Religião é para ser vivida. Eu cuido de minha religiosidade. Minha dimensão religiosa não deve ser estruturante dentro da universidade. O Estado é laico. Assim como não quero evangélicos, não quero católicos ou candomblecistas transformando a universidade em espaço religioso. Sou totalmente contra quem faz. Você não vai me ver fazendo isso. Há um equívoco em relação a isso, agora garantir os direitos é fundamental. Quando diz: *não chuto sua bíblia, não chute minha macumba*, está reivindicando o lugar de direito, e isso é fundamental. Uma reivindicação política. O enfrentamento ao racismo religioso dentro da universidade ou de qualquer espaço. (Entrevista - Dandara Consciente, 2021)

Existe uma confusão muito grande. A disputa por espaço político entre o candomblé e os pentecostais no CFP. É uma coisa marcante. [...] É uma demarcação política. A ideia de uma disputa política que vai no futuro margear bastante os processos formativos dentro do CFP. Tem um exemplo de um estudante que abre mão de uma bolsa [CITA O NOME DE UM PROGRAMA DE PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA DO CFP] com argumento: *eu não vou ficar no programa tendo uma macumbeira como orientadora*. Ele prefere sair do que ficar no programa. Uma disputa política religiosa. (Entrevista – Ogunjá Rei, 2021)

Os testemunhos das entrevistas acionam como *o cristianismo foi normalizado* e está presente dentro das instituições, as *disputas políticas* e o enfrentamento ao racismo praticado contra religiões de matriz africana e, como esses desdobramentos são materializados na universidade como critério, inclusive, de *negação* no campo das relações sociais. No contexto brasileiro a religião atua na socialmente como um importante dispositivo de (re)produção das identidades e suas condutas, em especial, para os pertencentes das religiões de matriz africana que foram historicamente violentados em seus laços e cultos. Nesse caso específico, a religiosidade é uma marca cultural e social que resiste e (re)existe para potencializar as identidades que se alimentam da ancestralidade de matriz africana.

Nessa perspectiva, parafraseando Hall (2013) ao falar de uma consciência do *ser histórico e cultural*, propõe-se um *elo de resgate a ancestralidade* presente nos símbolos e produções, pois possuir uma identidade cultural, nesse sentido, é estar, primordialmente, em contato com um núcleo imutável e atemporal, ligado ao passado e ao futuro e, ao presente numa linha ininterrupta. Ou seja, utilizar-se também das religiosidades vinculadas à educação consiste em uma possibilidade desse elo. Um dos caminhos que possibilita rupturas na manutenção ainda recorrente das desigualdades sociais e do racismo.

Ainda no contexto brasileiro, esse vínculo entre religiosidades e educação são imprescindíveis para reflexão de inscrições corporais negras na universidade. Isso nos remete a problematizar os currículos. Currículos afirmados como territórios em disputa, uma construção social interessada que atravessa a realidade de conflitos, negociações e tensões no espelho da realidade dos sujeitos e nas políticas de formação (Nascimento, 2010; Arroyo, 2013). Em suma, produzimos os currículos nas tensões que permeiam as relações de poder.

Em virtude dessa dinâmica das relações de poder, ponderamos a seção que discute o ensino religioso na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). O documento apresenta as tensões históricas como influência básica para compreensão de que o ensino deve pautar-se no *conhecimento* religioso, atentando-se para o reconhecimento da diversidade religiosa, sem privilégios de nenhuma crença ou convicção. Assim, como objetivos do ensino religioso o documento apresenta:

- a) Proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos; b) Propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, no constante propósito de promoção dos direitos humanos; c) Desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares de vida, exercitando o respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias, de acordo com a Constituição Federal; d) Contribuir para que os educandos construam seus sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios éticos e da cidadania. (Brasil, 2018, p. 436)

Desse modo, a BNCC (Brasil, 2018) ecoa em contraste com os depoimentos sobre as paredes pichadas no CFP (UFRB), produzindo efeitos de sentido sobre religiosidades, cabendo ressaltar os objetivos que se instituem: *direito à liberdade e consciência de crença, diálogo entre perspectivas religiosas, respeito à liberdade de concepções e pluralismo de ideias*. O fato é que no plano existencial as contradições da realidade são alimentadas pelo racismo diante de inscrições corporais que envolvem religiões de matriz africana. Nesse interim, uma afirmação torna-se necessária: é vital aprender sobre religiões e superar preconceitos e por consequência o racismo perpetuado dessa ordem.

Pensando em contradições da realidade, como o supracitado, os ataques às religiões de matriz africana são comumente rotulados de *culto aos demônios, credices e feitiçarias*. Esse cenário de violência contra as religiões de matriz africana materializa-se nos frequentes ataques a Pedra de Xangô, localizada no bairro de Cajazeiras, em Salvador no estado da Bahia. No dia 29 de dezembro de 2018, de acordo com a comunidade religiosa¹⁰, foram encontrados ao redor da pedra cerca de 100 quilos de sal. O ataque foi considerado por eles como uma represália do que chamamos aqui de *racistas travestidos de religiosos* aos rituais que acontecem no local.

Outra materialização da rotulação demonizada das religiões de matriz africana expressa-se pelo simbolismo de *Exu*, representado no imaginário popular marcado pela lógica eurocêntrica cristã, como sinônimo do demônio ou diabo. O pesquisador Emanuel Soares (2008), em sua tese intitulada *As vinte uma faces de Exu na filosofia afrodescendente da educação*, aponta a natureza *polilógica e polifônica* do orixá. A natureza *polilógica* de Exu é que, em essência, existe o Orixá Exu e, na prática, são vários Exus para cada Orixá, que contam com a colaboração destes das mais diversas maneiras e nos mais

¹⁰ Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/01/02/povo-de-santo-realiza-protesto-em-salvador-contrataque-a-pedra-sagrada-do-candomble.ghtml>.

diversos tipos de trabalhos, desde simples mensageiros, guardiões da porta, até as mais complexas obrigações, como as de escolher ervas e conduzir processos adivinhatórios. Outra característica importante de Exu é a polifonia, pois além de ser o responsável pela comunicação entre os Orixás, Exu é também o responsável pela comunicação entre Orixás e homens (Soares, 2008).

Enfatizamos que compreender e respeitar é crucial. O racismo dirigido às religiões de matriz africana desafia a nossa convivência pautada nos princípios de interculturalidade, alteridade ética, igualdade, diversidade e equidade contidos como cruciais no documento da BNCC (Brasil, 2018). O manuscrito divide as competências e habilidades específicas para o ensino religioso elencando *unidades temática* para o Ensino Fundamental. A saber: a) *Identidades e alteridades*, b) *Manifestações Religiosas*, c) *Crenças religiosas e filosofias de vida*. O documento destaca elementos, como: *simbolismo de práticas espirituais e ritualísticas, ritos, espaços e territórios sagrados, divindades, crenças, narrativas, oralidade, tradições, escritos, doutrinas religiosas, códigos éticos, filosofias de vida* (Brasil, 2018, 438-441).

Superar o racismo diante das práticas violentas desferidas a religiões de matriz africana pautadas ao longo da história brasileira no imaginário, em especial elementos destacados anteriormente, exige uma postura de formação política consciente da existência de religiosidades como marcas sociais e culturais e, conseqüentemente, nos espaços formais de educação, em especial, escolas e universidades.

Nesse debate, Vanda Machado explicita que:

[...] de fato, não se trata da razão descrita pela realidade ocidental. É um outro olhar sensível sobre uma razão que é capaz de apreender outras realidades e interpretar fenômenos que só existem no mais escondido da consciência humana. Falo da razão do pensamento africano e suas subjetividades. Falo de uma razão que abriga o desejo cheio de pregnância que ativa na participação irrestrita do sujeito em todo seu processo de ensinâncias e aprendizagens. Há de se perceber, ainda, uma razão para o conhecimento que junta a lógica e a intuição, o distanciamento e a sensibilidade, a imersão, a leveza, a acuidade e o pensamento. (Machado, 2013, p. 128)

Portanto, a citação afirma a necessidade de viver intensamente a ação de aprender e de *em-sinar*. O sentido de aprender em uma perspectiva religiosa de matriz africana que intente reverter os argumentos coisificantes da história contada. Alargar a consciência e autorização da reinvenção da nossa própria história. Aqui, reside o desafio de pensar inscrições corporais negras nas escola e universidade.

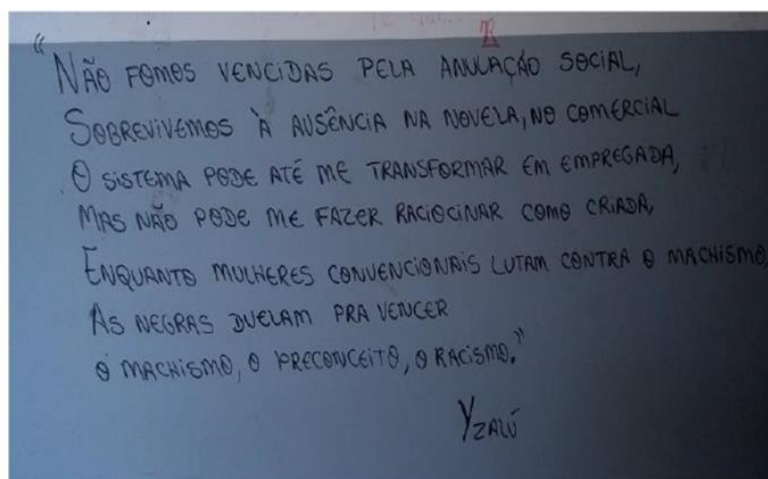
Em linhas gerais, as marcas de sentido – cor e cabelo, religiosidades - implicam nesse desafio, especialmente, avaliando os efeitos de sentido produzidos a respeito das potências de *humanização e*

desumanização que circulam o debate. Ampliando esses desafios, passamos a problematizar outras formas de violência observadas nas marcas decorrentes da pichação nas paredes do CFP (UFRB).

3 FORMAS DE VIOLÊNCIA, COISIFICAÇÃO E OS SONS DE INSURGÊNCIA

As pichações nas paredes do CFP (UFRB) retratam marcas de sentido de outras realidades perversas do racismo no Brasil: os *argumentos coisificantes*. Esses atuam em torno da violência que permeiam as questões de gênero, mercado de trabalho e o genocídio contra a juventude negra. Projetamos um intervalo de fotografias com essas marcas e explicitamos uma das imagens com a sequência de efeitos de sentido abaixo:

Imagem 4: Pichações paredes CFP (UFRB) – signo em destaque: autorreferência e identidade política



Fonte: Acervo pessoal de fotografias. Carlos Adriano da Silva Oliveira (2018).

Isso vem no pacote de uma universidade negra. Quando você abre a *porteira* para luta nos direitos sociais como um todo, e as identidades fazem parte dessa luta. É redistribuição de conhecimento: você começa a dizer que essa universidade é de pobre, começa a dizer que essa Universidade é preta, tem gênero e sexualidade. É uma linha do novelo. Ao despertar essa aura de Universidade preta, você consegue... a questão da negritude é um grande aglutinador, a pauta identitária não é para rechaçar... é o contrário. É uma grande oportunidade nessa Universidade poder evidenciar que têm um novelo para gente puxar, e tem muita coisa para dissecar. (Entrevista - Caboclo Maringhella, 2021)

Isso mostra que os estudantes estão na universidade em busca de outras referências, vivas, de história de resistências. Essas mulheres referenciadas não estão mais aqui, mas outras vivem, lutam e buscam. [SEGUNDA IMAGEM]. Concordo totalmente, totalmente. Nós existimos e somos apagados o tempo inteiro, poucas referências na televisão e a ideia da mulher no Brasil é de serviço mesmo. O povo chega em minha casa bate na porta, eu atendo e eles pedem para chamar a dona da casa. É isso. (Entrevista – Ponciá Vicêncio Sonhadora, 2021)

Que legal. Aí entra a questão da insurgência. A fala da segunda imagem é forte [EXEMPLO DO CFP, ESTUDANTES BABÁS E A POSSIBILIDADE DE FAZER O CURSO COMO UM HORIZONTE]. Por mais que historicamente o nosso lugar seja condicionado como um espaço de servidão, nossa mente não é a de servir. Nossa mentalidade é de insurgir. O que tem nas mãos é esse trabalho? Então vou usar isso [LEMBRANÇAS DA TRAJETÓRIA DE TRABALHO DE SUA MÃE COMO EMPREGADA]. O nosso povo percebe os limites, e percebe as potências, como avançamos diante de tanto caos. (Entrevista – Bitita Insurgente, 2021)

Aqui, signos de sentido em torno de sistema de referência e autorreferência foram acionados. Pichações com as inscrições corporais negras descrevendo citações de *Malcom X*, *Carolina Maria de Jesus*, *Carlos Marighella*, *Bob Marley*, *Huey Newton*, *Dandara*, *Marcus Garvey* e *Assata Shakur*. Em nossa análise, os depoimentos alertam para a importância das *pautas identitárias*, politicamente afirmadas, a *resistência*, a materialidade das práticas de coisificação e o sentido de que as comunicações negras, referenciadas por essas personalidades, expoentes da luta contra o racismo, atuam de forma *insurgente*.

Nessa seção, a música também serve de inspiração. As ponderações aqui propostas emergem, inicialmente, por analogia de um fragmento da música *Lion Man* do *rapper* Criolo (Kleber Cavalcante Gomes, que é cantor, compositor e ator brasileiro). Deparamo-nos com um chamado: *vamos às atividades do dia... lavar os copos, contar os corpos, e sorrir. A essa borda rebeldia*.

Vamos às atividades do dia... alusão ao diálogo com a metodologia da pesquisa histórica do tempo presente. Metodologia caracterizada pela aproximação dos pesquisadores e pesquisadoras, em relação aos acontecimentos. Essa configuração nos remete ao registro das experiências que valorizam a heterogeneidade, em detrimento a homogeneidade que simplifica (engessa) e distorce o mundo real. *Lavar os copos*, em nossa interpretação, os desafios com a imposição colonial/capitalista que demarca a condição de um suposto *lugar comum* na divisão social do trabalho e vida para os corpos negros no contexto brasileiro. Essa divisão pode ser simbolizada por estereótipos cristalizados também na disposição de questões de gênero, em que a mulher negra é associada a imagem racista reducionista que perpetuam um lugar único, como empregada doméstica.

Esses *lugares comuns* são materializados e naturalizados por intermédio das ações do poder hegemônico racista em registros, como: documentos oficiais, livros, nos currículos, nas mídias eletrônicas, nos processos de educação e formação de professores/as que, implicitamente, afirmam o *racismo*, sobretudo, nas práticas organicistas do corpo, amparadas em uma política de sentido totalitária e pautada em universalismos retóricos.

Na lógica colonial embranquecida da universidade, os universalismos retóricos são alimentados por intelectuais colonizados, sujeitos que produzem um discurso interessado politicamente, propondo uma neutralidade (falseada) em produções intelectuais e nas relações sociais. Negam a importância simbólica de debates que não dialogam com sua unívoca lente teórica ou suas preocupações. Classificam, hierarquizam e inferiorizam, no sentido de desmobilizar as lutas em curso e expor coletivos em luta por direitos em condição de subalternidade.

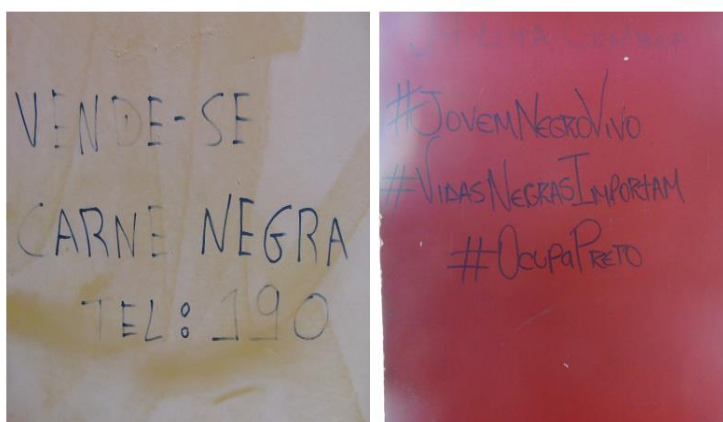
As políticas de produção de sentido racistas alimentam-se, no contexto brasileiro, de mistificações no processo histórico (Oliveira e Paula Silva, 2022) e desse universalismo retórico com

intenções colonizadoras. Os processos de desumanização e embranquecimento são cotidianos. Fanon (2008) afirma que *por mais dolorosa que possa ser essa constatação, somos obrigados a fazê-la: para o negro, há apenas um destino. E ele é branco*. Ressaltamos, propositalmente, as tensões e o desvio existencial do negro e suas implicações expressas em uma súbita tomada de consciência das realidades corporais, econômicas, sociais, históricas e culturais, principalmente em espaços formais de educação, em destaque as universidades.

O desaparecer está intimamente ligado às condições objetivas e materiais históricas *reservadas* para corpos negros no campo das relações de trabalho, não por acaso marcados por pouca representatividade em espaços de poder e lugares sociais considerados de alto prestígio. Como resistência e insurgência, não arbitrariamente a problematização e denúncia dos movimentos sociais negros, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, em torno das bandeiras de luta da *educação* e contrária à representação imagética da *mulher negra como empregada doméstica*. Um lugar social *reservado*, com a produção de sentidos, extremamente, perpetuada pelos meios de comunicação e espaços de produção do trabalho por parte da elite escravocrata/neocolonial.

Ainda pensando em lugares sociais, os depoimentos que seguem apresentam a recepção em torno do signo atrelado à violência e o genocídio da juventude negra. Nesse caso, entrevistados e entrevistadas assinalam *sensações de desconforto*, efeitos de sentido em relação a prática do Estado na figura dos *profissionais da polícia*. Também afirmam a necessidade de *ampliar a leitura* dessa violência para além de práticas marcadas pela expressão da morte corpórea. A imagem e os testemunhos são descritos abaixo:

Imagem 5: Pichações paredes CFP (UFRB) – signo em destaque: violência e genocídio da juventude negra



Fonte: Acervo pessoal de fotografias. Carlos Adriano da Silva Oliveira (2018).

[SINAIS DE DESCONFORTO]. Essa daí é pesada. É a questão do genocídio. Principalmente homens negros vivem o tempo todo essa violência da polícia. Isso é muito forte, inclusive em nosso município. No meu bairro todo mês algum jovem negro é assassinado. *É a carne mais barata do mercado*, como diz a música. (Entrevista – Ponciá Vicêncio Sonhadora, 2021)

Vende-se carne negra. Que horror. Não vi isso. [PAUSA]. É o genocídio. A polícia é o nosso calo. É um espaço difícil para entender a militância, ou dialogar [EXEMPLOS SOBRE A CAMPANHA DE COLETIVOS CONTRA O EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE]. Envolver a questão da polícia nos deixavam sem chão. Não existem policiais que contestem isso? Não tem um policial que diga isso está errado? Existem policiais que se autodeclararam antifascistas, e não vejo a declaração de antirracistas. Não consigo entender a forma de abordagem. É um dos espaços mais delicados quando pensamos no ser negro. Se temos dúvidas? A polícia sabe. As redes sociais e hashtag em muito não atingem a vida real, e o genocídio permanece. (Entrevista – Bitita Insurgente, 2021)

[...] vou me valer de Fanon para dizer: *meu inimigo não é o branco, meu inimigo é o racista*. Ele não é só meu inimigo, é meu inimigo e de qualquer pessoa que quer uma democracia, que quer uma *res pública*. Nesse caso o *ocupa Preto* é uma ação que reivindica ser parte da sociedade, parte da história. É um lugar, é uma perspectiva diferenciada. Vidas negras importam, e jovens negros vivos passa por esse campo. *Vende-se carne negra* é uma contemplação daquilo que ocorre cotidianamente na sociedade, em certa medida isso está sendo colocado de forma pejorativa, indicando a polícia como um ente responsável por esse extermínio, por genocídio, que deve ser discutido pelo Estado. A *necropolítica* do Estado, no sentido que ele mata por aí, e mata também reduzindo o número de vagas no ProUni, mata reduzindo o número de vagas na universidade, mata reduzindo o número de bolsas no ensino superior. Não se pode limitar o genocídio a ponta da arma. Há um poder de polícia porque ele tem uma arma, mas também o poder está disseminado em outras estruturas da sociedade. Temos que ampliar esse debate. (Entrevista – Ogunjá Rei, 2021)

Ao analisar os dados retomamos a alusão a música: *Contar os corpos*. A (re)produção da existência de corpos negros também passa por um tribunal de julgamento arquitetado. O genocídio da juventude negra é uma marca histórica. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apresenta o *Atlas da violência* com dados publicados em 2024. Dados que estruturam um projeto de estado genocida. Os registros apontam, em 2022, a vitimização de pessoas negras – soma de pretos e pardos – em registros de homicídios correspondeu a 76,5% do total de homicídios registrados no país. Totalizando 35.531 vítimas o que corresponde à taxa de 29,7 homicídios para cada 100 mil habitantes desse grupo populacional. Em relação às pessoas não negras – isto é: brancas, indígenas e amarelas – a taxa de homicídio em 2022 era de 10,8, com 10.209 homicídios em números absolutos. Ou seja, proporcionalmente às respectivas populações, em média, para cada pessoa não negra assassinada no Brasil, 2,8 negros são mortos. Outro dado que destacamos refere-se as taxas de homicídios de pessoas negras nas capitais: as taxas mais elevadas e as menos elevadas correspondem à colocação dos seus respectivos estados. Nesse quesito, as capitais que registraram as maiores taxas foram: *Salvador* (70,2), *Macapá* (69,7) e *Manaus* (63,5). Cabe salientar que, nesses casos, o valor de homicídios de pessoas negras para cada 100 mil habitantes, nas capitais, foi superior ao registrado na UF. Os menores índices apresentados correspondem às capitais *São Paulo* (4,1), *Florianópolis* (7,3) e *Brasília* (16,1). (IPEA, 2024)

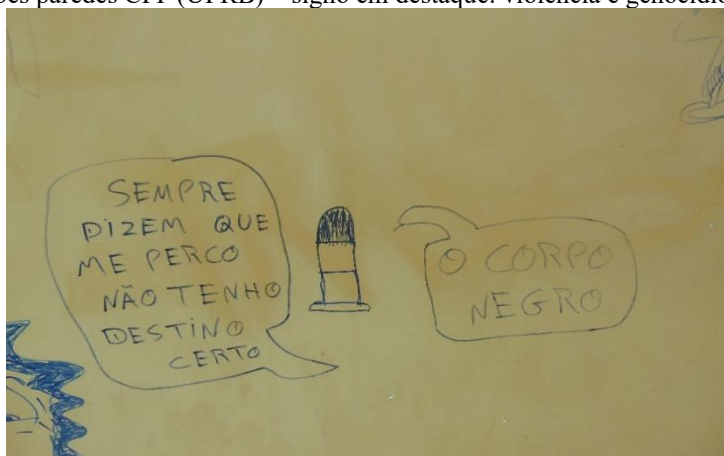
No diz respeito à relação entre Estado e esses corpos negros, a proposição de refletir sobre as experiências policiais, em pesquisa sobre a suspeição policial na cidade de Salvador, Reis explana que:

Tecnicamente, uma abordagem policial por si só, não pode ser considerada como um caso de discriminação racial ou social, a menos que seja seguida de uma injúria referente à cor da pele ou à posição social do abordado. O fato, entretanto, é que essa abordagem, quase sempre violenta, é baseada na aparência física e nos lugares considerados suspeitos. Refiro-me aqui, não apenas à violência física, mas também à violência simbólica, ou seja, o constrangimento de ter o corpo revistado em público, os documentos exigidos e, em muitos casos, ser conduzido até a delegacia de polícia. (Reis, 2002, p. 194)

A citação é, notadamente, categórica. Reis (2002) – na pesquisa que teve o objetivo de compreender qual a imagem que a polícia constrói sobre o tipo social que considera suspeito – alerta que, na maioria dos casos, a suspeição é realizada em corpos negros/mestiços. Essa atitude, conclui a autora, aponta para a necessidade de a instituição policial romper com o senso comum de julgamentos expressos pela aparência ou classe social. São acionadas na argumentação, ainda, a dimensão de baixa escolaridade, a necessidade de treinamentos adequados e melhor remuneração para esses profissionais.

O fato é que, essa relação de violência física e simbólica entre o Estado – na figura do profissional policial – e os corpos negros, para além da suspeição, incidem nesse cenário de barbárie: a violência e o genocídio da juventude negra. Outra música serve de alusão nesse cenário, a composição *Não Está Mais de Graça*, da cantora e compositora Elza Soares. Em um fragmento a canção diz: *A carne mais barata do mercado não 'tá mais de graça; O que não valia nada agora vale uma tonelada; A carne mais barata do mercado não 'tá mais de graça; Não tem bala perdida, tem seu nome, é bala autografada*. As mortes por arma de fogo no Brasil materializam a provocação da música. Em destaque, segue a imagem registrada que enfatiza esse signo de realidade:

Imagem 6: Pichações paredes CFP (UFRB) – signo em destaque: violência e genocídio da juventude negra



Fonte: Acervo pessoal de fotografias. Carlos Adriano da Silva Oliveira (2018).

A fotografia de pichação na imagem 6 está contemplada do acervo analisado, não foi utilizada no intervalo de entrevista em diálogo com as sensações dos participantes, porém empregamos esse registro por entender que ele circunscreve as provocações que seguem. Nossa reação a imagem indica

o efeito de sentido da metáfora acerca da existência de *balas perdidas*. Dados do Instituto Fogo Cruzado, apresentados em fevereiro de 2024, apontam que na Bahia as ações de agentes do Estado seguem tendo protagonismo na violência armada. Os dados do Instituto Fogo Cruzado mostram que a polícia, que ostenta o posto de mais letal do país, também é responsável por 38% dos tiroteios ocorridos na Região Metropolitana de Salvador. Em paralelo, um indicador antes pouco expressivo tornou-se relevante: os registros de “disparo de arma de fogo em brigas” aumentaram 31% em relação a 2023, evidenciando como a política de maior acesso às armas tem potencializado conflitos interpessoais. Os dados apresentados sobre assassinatos por arma de fogo também estão aproximados com a lógica histórica do racismo no Brasil. Isso nos remete ao debate da necropolítica.

Segundo Mbembe (2016), a necropolítica indica as formas contemporâneas que subjagam a vida ao poder da morte. Esse processo de subjugação consiste na expressão máxima da soberania que reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder.

Considerando os resultados e os argumentos *coisificantes*, assinalamos enunciados de repercussão nacional, e, continuamos a *contar os corpos*. É crucial, portanto, interrogar o cotidiano, visto que a materialidade histórica colonial racista se perpetua de maneira perversa. Inquietemo-nos com essa provocação, em especial, como as inscrições corporais negras que são produzidas no espaço universitário e tencionam esses enunciados. Como resistência e insurgência, citamos Abdias do Nascimento, precisamente, o livro *O genocídio do negro brasileiro: processos de um racismo mascarado*. No prólogo, ele discute o tema: história de uma rejeição. No texto, o autor faz uma denúncia sobre uma censura que sofreu em um colóquio, em 1977, na cidade de Lagos-Nigéria, onde ele tem um texto censurado. A reação a essa censura injustificada – ou justificada *por razões de Estado, ou razões ocultas* – e as consequências geradas desse fato percorrem a produção de uma carta aberta escrita por ele, falando sobre desdobramentos dessa experiência, discutindo: *democracia racial no Brasil, mito ou realidade?*

Assim sendo, após tentativas de silenciamento, ao fim da carta, Abdias menciona uma manifestação: *levantei a voz e me identifiquei não como representante do Brasil, mas como um sobrevivente da república dos Palmares*, e assina, *um quilombola de Palmares* (Nascimento, 2016, p. 27-46). Essa experiência nos remete a pensar as formas de resistência, em especial, como estratégias de distorção e silenciamento podem se perpetuar, e retomando o argumento anterior, destaca-se como o quilombismo está sempre em constante reatualização, atendendo às exigências do tempo histórico

(Nascimento, 2019). Disso, adverte-se que os sons, os tons e as manifestações de insurgência mobilizada por inscrições corporais negras persistem, desde sempre.

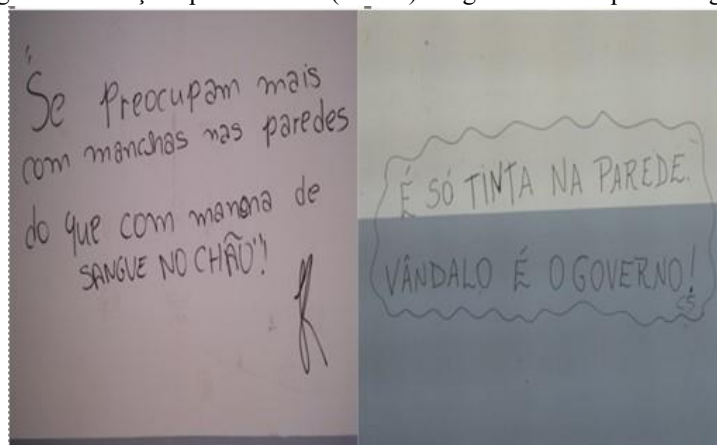
No caminho da insurgência, um dos questionamentos durante as entrevistas foi: qual a opinião sobre as expressões pichadas nas paredes do CFP/UFRB, durante a manifestação estudantil de 2016? Os depoimentos circulam e apontam sentidos referentes à associação das pichações com a sujeira, seguida da possibilidade de pensar estratégias diferentes de militância. Isso pode ser observado nos testemunhos que seguem:

Meu direito não pode ser maior do que o seu. [EXEMPLOS DE ATUAÇÃO COMO MOVIMENTO ESTUDANTIL QUE ENVOLVIA CONFRONTOS]. Acho que a juventude Universitária que vive nesse simulacro, nessa ideia de performance, ela esqueceu e perdeu um pouco o bonde da história. Não sabem quem são seus inimigos. O que nós queremos? O que vou querer enquanto sujeito político? O que vou querer como acadêmico? Isto não se separa do político. [EXEMPLO DE HISTÓRIAS DE MOBILIZAÇÃO DE DOCENTES DO CFP HOJE]. Não sabem quem são os racistas. [PAUSA] destruir o patrimônio público da Universidade com uma pintura pichada como colocaram na entrada do CFP é uma coisa. Frases escritas, com o português correto, é uma coisa. Lá temos frases erradas, transcrições de trechos errados. Não condeno a manifestação, todo mundo deve se manifestar, conseguir espaço para isso. Meu filho não gostava de entrar [CITA OUTRO CENTRO DE ENSINO NA UNIVERSIDADE], porque ele via as pichações na parede e associava a sujeira. Essa leitura da sujeira é importante. Precisamos construir espaço onde possamos discutir ideias, espaços legítimos com uma linguagem limpa, que comunica, que as pessoas entendam. (Entrevista – Ogunjá Rei, 2021)

Não acho problemático. Pessoalmente eu gosto de parede limpa. Uma questão muito pessoal. Minha casa é assim. Adoro grafite, aqueles desenhos assim... acho uma coisa maravilhosa. A pichação, do ponto de vista visual me incomoda. Acho uma aparência de sujo, mas não tenho nenhum problema. Acho que ela tem uma função [...] se estiver incomodando pega uma tinta e pinta por cima, e eles vão escrever novamente e vamos seguindo a vida. Não é um ato de vandalismo ou criminal. É uma forma de expressão. Não é que me agrada, mas se eles veem sentido de se expressar, não me incomoda pelo conteúdo... é apenas uma questão pessoal de gostar das coisas bem limpinhas. (Entrevista – Paulinho Sambista, 2021)

A ideia de *limpeza* e a associação das pichações como sujeira também é provocada pelos estudantes. Em transcrições pichadas nas paredes observamos indicações nessa perspectiva:

Imagem 7: Pichações paredes CFP (UFRB) – signo em destaque: insurgência



Fonte: Acervo pessoal de fotografias. Carlos Adriano da Silva Oliveira (2018).

Pichações registram: *Se preocupam mais com manchas nas paredes do que com manchas de sangue no chão; É só tinta na parede, vândalo é o governo.* Além disso, estudos acadêmicos também refletem sobre a pichação sob o olhar da arte, da resistência política. Nesse caminho, Fort e Gohl (2016) utilizam o termo *grafite* para a pintura autorizada, isto é, legal, e *pichação* para a pintura não autorizada, neste caso, ilegal, conforme citado em legislação específica. Dessa forma, considerando a diferenciação, explicitam:

[...] no Brasil o grafite passa por um processo de *institucionalização*, com grafiteiros ganhando notoriedade e sendo remunerados para pintar as paredes das cidades, dar palestras e oficinas de grafite. Em outros países, o grafitti é um movimento de contracultura, de natureza ilegal, e os autores são considerados criminosos. A lei nº 12.408, de 25 de maio de 2011, alterou o art. 65 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para descriminalizar o ato de grafitar, diferenciando a pichação do grafite da seguinte forma: se existe autorização para a pintura no muro é considerado grafite; se a pintura não foi autorizada previamente é considerada pichação. Na prática, pichar ou grafitar sem o consentimento do proprietário é crime passível de detenção e multa e, nesse caso, pichação e grafite são exatamente a mesma coisa perante a lei, caracterizados crime. (FORT e GOHL, 2016, p. 18)

Nas considerações sobre essas formas de apreensão, Fort e Gohl (2016) enfatizam que a pichação ou o grafite que não foram autorizados pelo proprietário, não são bem compreendidos pela sociedade e por autoridades que demonstram ter uma visão reduzida da questão, encarando o movimento de forma judicial, como vandalismo ou sujeira. Ainda abordam a necessidade de revisar o tema, perpassando múltiplos debates, dentre eles: arquitetura e urbanismo, publicidade e propaganda, liberdade de expressão, preservação de patrimônio, poluição visual.

No que tange às paredes do CFP (UFRB), os depoimentos alertam para essa relação com a sujeira, no entanto reafirmam a necessidade de reflexão em torno das formas de manifestação, demarcando existências, escrevendo sensações.

As pessoas estão expressando o que estão sentindo. Apesar de ter pessoas negras na academia, os textos acadêmicos não permitem as pessoas colocarem as experiências de suas inscrições corporais. Elas colocam nas paredes, nos *raps* que fazem. Tenho acompanhado alguns memoriais de estudantes e mostram experiências de violência que você chora. Nos textos acadêmicos ainda não cabem essas sensações. *Escrevivências* que os alunos passam e vivem o tempo inteiro. Então eles demarcam as existências em algum lugar: vamos colocar nas paredes. Escrever o que estamos sentindo. Se no espaço acadêmico não permite que eu coloque minha vivência, minha experiência meu ser, me humanizar de alguma forma [...] Cresci muito com a força e a resistência delas. Então as denúncias vão para as paredes. Não se pode institucionalmente criminalizar, pois são gritos dos estudantes e da sociedade. (Entrevista - Ponciá Vicêncio Sonhadora, 2021)

Eu sempre achei inscrições, pichações coisas maravilhosas. E acho que elas conseguem colocar nas paredes dores, sentimentos, inclusive para transeuntes que não sentem, e são obrigados a ver. Nunca utilizei a parede para expressar o que sinto, mas acho isso extraordinário. Que as paredes brancas possam necessariamente ver dores, ver dissabores, ver pautas e não esqueçam delas. As paredes são essenciais. E as paredes escritas a partir da luta são fundamentais para Universidade que sequer transformada. Extraordinário. (Entrevista – Caboclo Maringhella, 2021)

A materialização mais recorrente nos testemunhos é a valorização dessas ações decorrentes da mobilização estudantil. Compreende-se, dessa forma, que as pichações surgem como fomento e os efeitos de sentido circulam, indicando as dinâmicas que envolvem *múltiplas sensações, experiências de vida e resistência* expressadas nas paredes.

De fato, *paredes são essenciais*. Os efeitos de sentido explicitados nos depoimentos apontam para a ressignificação dos espaços e possibilidades de luta, as matérias significantes atravessam as relações de poder, dinâmicas de humanização de desumanização, e sons de insurgência referentes as inscrições corporais negras na universidade. Assim, passamos a trazer considerações possíveis, em meio a paredes de resistência e insurgências.

4 CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS: PAREDES DE RESISTÊNCIA E INSURGÊNCIA

Em vias de considerações possíveis, apontamos paredes de resistência e insurgência atreladas ao objetivo de conjecturar acerca de marcas e os efeitos de sentido vinculados às inscrições corporais negras – no tempo presente –, no Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (CFP/UFRB), campus Amargosa-BA.

Como afirmamos anteriormente, em campo, registramos e categorizamos 168 fotografias de pichações nas paredes do CFP (UFRB). As pichações foram feitas em uma ocupação estudantil no ano de 2016. As marcas de sentido perpassaram pelo diálogo com docentes que nos conduziram aos efeitos de sentido que compõe esse manuscrito.

As inscrições corporais negras insurgem materializadas em efeitos de sentido sobre práticas de humanização e/ou desumanização dos corpos negros, decorrentes da relação com os signos cor e cabelo, presentes nas pichações. A Universidade surge como potente expressão na dinâmica de autorreferência política entre os corpos negros em sua estética política, bem como na sua aproximação com personalidades e referências de lutas.

Signos de religiosidade apontam para o cenário de disputa e a necessidade, no contexto educacional, de se pensar os currículos. Esses elementos, nesse espaço, são imprescindíveis para pensar as diferentes formas de existência. A BNCC (Brasil, 2018) aponta elementos importantes para pensar o ensino religioso, no entanto, não problematiza a realidade histórica do racismo frente a representações de religiões de matriz africana em que assentamos os princípios da religiosidade brasileira. A disposição de uma nova história requer a atuação ativa de coletivos que lutem contra o racismo em suas diversas multifaces. Assim, a educação é mais um campo de luta.

Nos efeitos de sentido, as formas de violência, desumanização e coisificação são expoentes da divisão social do trabalho em termos de pertença racial, em especial, a imagem cristalizada da mulher

negra, no lugar comum do serviço, como empregada doméstica, ou corpos negros em espaços socialmente desprestigiados. Também nas expressões do genocídio da juventude negra brasileira, perpetuadas pela revisão necessária da relação entre o Estado, com práticas de racismo que atravessa todas as estruturas.

As paredes são essenciais. No caso específico das pichações no CFP (UFRB), em diálogo com os objetivos do estudo, elas expressam *dores, dissabores* do racismo que implicam em diversas formas de violência. Contudo, de forma insurgente, as paredes também *demarcam existências*, experiências, denúncias e anúncios. Importa-nos expressar também como os corpos negros produzem resistência. Essa configuração de resistência também se perpetua e está em disputa.

Agrega-se a isso, o complemento, os sons da insurgência, os fragmentos da música de Elza Soares: *a carne mais barata do mercado não 'tá mais de graça; O que não valia nada agora vale uma tonelada* e as expressões da canção de Criolo: *e sorrir... a essa borda rebeldia*. Apesar da dimensão perversa que promove um desenvolvimento desigual nas relações de trabalho e existência – a condição dos corpos negros e seus embates para produzir suas experiências nos campos de vida, trabalho e produção do conhecimento –, avaliamos como crucial a necessidade de *sorrir*.

O sorriso insurgente. Um sorrir que afirma compromissos individuais e coletivos em torno da humanidade de corpos negros, implicado na defesa da equidade e justiça social. Nosso sorriso incomoda, sobretudo quando problematizamos, de forma consciente, a capacidade de resistência e avivamos as inscrições corporais negras, a partir da universidade, como uma potência de luta que produz alternativas contra à lógica colonial racista brasileira, e seus feitos na ampliação da barbárie das relações sociais também na educação.

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. Manual de História Oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.
- ARROYO, Miguel. G. Currículo, Território em Disputa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BENJAMIN, Walter. Pequena história da fotografia. In: Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BENTO, M. A. S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras) Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BHABHA, H. O Local da Cultura. Editora UFMG. Belo Horizonte. 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Brasília, SECAD/ MEC, 2005.
- BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- CAVALLEIRO, Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: preconceito e discriminação na educação infantil. Contexto. São Paulo, 2000.
- CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. Blumenau: Letras Contemporâneas, 2010.
- COLEN, Natália Silva. Uma universidade negra é possível? A criação da UFRB no contexto das políticas de ações Afirmativas no Brasil. Dissertação - (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- DELGADO, Lucila de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2014.
- EUCLIDES, Maria Simone. Mulheres negras, doutoras, teóricas e professoras universitárias: desafios e conquistas. Tese de Doutorado em Educação 254 f. Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2017.
- FANON, Frantz. Os Condenados da Terra. Vol 42. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. tradução de Renato da Silveira – Salvador: EDUFBA, 2008.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. Topoi, Rio de Janeiro, pp. 314-332, dezembro, 2002.
- FILHO, Eduardo Meinberg de Albuquerque Maranhão. Para uma História do Tempo Presente: o ensaio de nós mesmos. Fronteiras: Revista Catarinense de História, Florianópolis, n.17, p.137-151, 2009.

FIORUCCI, Rodolfo. Considerações acerca da História do Tempo Presente. Revista Espaço Acadêmico. Ano XI - Nº 125. Outubro de 2011.

FORT, Mônica Cristine e GOHL, Fernando César. Conflitos urbanos: grafite e pichação em confronto devido à legislação repressiva. Logos 45. v.23, n.02. 2016.

FRANK, A. G.; YUKIHARA, E. Formatos alternativos de teses e dissertações (Blog Ciência Prática) - Tema: Ciência prática (Blog - <http://cienciapratica.wordpress.com/>); (Blog). 2013. Disponível em: <https://cienciapratica.wordpress.com/2013/04/15/formatos-alterativos-de-teses-e-dissertacoes/>

GOMES, Jamila Reis; MIRANDA, Eduardo Oliveira, PAULA SILVA, Maria Cecília de. Grafitti/Pixação no chão da escola: reflexões do diário de campo para a formação docente em Geografia. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 17, n.1, p. 145-157, jan./abr. 2018.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Educação e Pesquisa. v. 29, n. 1. São Paulo, jan/jun 2003.

GOMES, Nilma Lino. Sem Perder a Raiz: Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. 3 ed. Coleção Cultura Negra e Identidades. Autêntica: Belo Horizonte, 2020.

HALL, Stuart. Da diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte. EdUFMG; Brasília, Representações UNESCO no Brasil. 2013.

HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. Tradição viva. In: História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África. (org) Joseph Ki-Zerbo. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

HENNING, Carlos Eduardo. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. Mediações, Londrina, v. 20 n. 2, p. 97-128, jul./dez. 2015.

hooks, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo Martins Fontes, 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2018: Boletim Informativo demográfico e socioeconômico das desigualdades sociais, disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da Violência. Daniel Cerqueira et al. São Paulo: FBSP, 2024.

JESUS, Rita de Cássia Dias Pereira de. Políticas Afirmativas e formação acadêmica: uma perspectiva de ação. In: Currículo e Formação: diversidade e educação das relações étnico-raciais. (org.) Cláudio Orlando Costa Nascimento e Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus. Progressiva. Curitiba: 2010.

KILOMBA, G. Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LE BRETON, David. A sociologia do corpo. Trad. Sônia M. S. Fuhrmann. Petrópolis. RJ, Editora Vozes, 2012.

LE BRETON, David. Antropologia do corpo. Trad. Fábio dos Santos Creder Lopes. Petrópolis. RJ, Editora Vozes, 2013.

LE BRETON, David. Antropologia dos Sentidos. Trad. Francisco Morás. Petrópolis. RJ, Editora Vozes, 2016.

LONGO, Tatiana Paz. Ativismo em rede e processos formativos decoloniais articulados por mulheres negras no youtube. Tese de doutorado em Educação: Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

MACHADO, Vanda. Pele da cor da noite. Salvador: EDUFBA, 2013.

MATA, Inocência. Estudos pós-coloniais: Desconstruindo genealogias eurocêtricas. Civitas, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 27-42, jan.-abr. 2014.

MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.13. n.1. p. 133-174. Jan/Jun. 2005.

MBEMBE, Achille. Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. Arte & Ensaios. n. 32. dezembro 2016. Disponível em: <https://www.procomum.org/wp-content/uploads/2019/04/necropolitica.pdf>

MEMMI, Albert. Retrato do descolonizado: Árabe Mulçumano e de Alguns Outros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MOREIRA, Anália de Jesus. A Cultura Corporal e a Lei nº 10.639/03: um estudo sobre os impactos da Lei no ensino da Educação Física nas escolas de Salvador-Ba. (Dissertação de Mestrado). Salvador, PPGE/FACED/UFBA. 2008.

MOREIRA, Anália de Jesus. As concepções de corpo na Associação Bloco Carnavalesco Ilê Aiyê: um estudo a partir da história do bloco e das práticas pedagógicas das Escolas Banda Erê e Mãe Hilda. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia. 2013.

MUNANGA, K. Negritude: Usos e sentidos. 4 ed. Coleção Cultura Negra e Identidades. Autêntica: Belo Horizonte, 2020.

MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. Ed. Autêntica, Belo Horizonte, 2006.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Texto do 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação – PENESB. Rio de Janeiro, 2004.

NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. Editora Perspectiva, São Paulo. 2016.

NASCIMENTO, Abdias do. O quilombismo: documentos de uma militância Pan-Africana. 3 ed. Editora Perspectiva, Rio de Janeiro: Ipeafro. 2019.

NASCIMENTO, Cláudio Orlando Costa. Professores-atores-autores: teorias emergentes e a insustentabilidade de uma única narrativa na formação de professores. In: Currículo e Formação: diversidade e educação das relações étnico-raciais. (org.) Cláudio Orlando Costa Nascimento e Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus. Progressiva. Curitiba: 2010.

OLIVEIRA, Carlos Adriano da Silva Oliveira. Os encantos e o pecado da maçã: professores/as e a educação das relações étnico-raciais. Cruz das Almas/BA: Editora UFRB, 2018.

OLIVEIRA, Carlos Adriano da Silva Oliveira; PAULA SILVA, Maria Cecília de. Máscaras do racismo e inscrições corporais negras: entre mistificações, o desaparecer de si e a resistência. Conjecturas. v.22, n. 1: jan/fev, 2022.

OLIVEIRA, Carlos Adriano da Silva; REIS, Dyane Brito. Negro/a, Eu? Representações Sociais, Correntes, Gritos e o Refúgio da Cor. Centro de Educação | Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Revista Tópicos Educacionais, Recife, v. 20, n.1, jan/jun. 2014.

PAULA SILVA, Maria Cecília de. Da educação física, moral e intelectual a um corpo idealizado: desvelando o discurso médico nas teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: PPGEF/UGF. 2002.

PAULA SILVA, Maria Cecília de. Do corpo objeto ao sujeito histórico: perspectiva do corpo na história da Educação Brasileira. Salvador, EDUFBA, 2009.

PEREIRA, Rosana da Silva; SANTOS, Dyane Brito Reis. Se feres nossa existência, seremos resistência: Reflexões sobre as ações afirmativas na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Revista Três [...] Pontos.: Dossiê Epistemologias Negras e Indígena. v. 17 n. 2. 2020.

REIS, Dyane Brito. A Marca de Caim: As características que identificam o “suspei-to”, segundo relatos de policiais militares. CADERNO CRH, Salvador, n. 36, p. 181-196, jan./jun. 2002.

REIS, Dyane Brito. Para Além das Cotas: a Permanência de Estudantes Negros no Ensino Superior como Política de Ação Afirmativa. Tese de Doutorado. Defendida junto ao Programa de Pós Graduação em Educação. PPGE/UFBA. 2009.

SANTIAGO, Ana Rita. Corpos (in)dóceis e saberes interculturais: mais um desafio à educação. In: Narrativas Insurgentes: decolonizando conhecimentos e entrelaçando mundos / Claudia Mortari, Luisa Tombini Wittmann (Org.). – Florianópolis, SC: Rocha Gráfica e Editora, 2020.

SILVA, Rosângela Souza da. Corpos negros e identidades no tempo presente: experiências de estudantes do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – CFP/UFRB. Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2020.

SOARES, Emanuel Luís Roque. As vinte e uma faces de Exu na filosofia afrodescendente da educação: imagens, discursos e narrativas. 2008.188f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Fortaleza - CE, 2008.

SODRÉ, Muniz. A televisão é uma forma de vida. Revista Famecos, Porto Alegre. nº 16, dezembro: 2001. Disponível em: file:///C:/Users/Adriano/Downloads/3135-Texto%20do%20artigo-10507-1-10-20080410.pdf

SOUZA, Florentina da Silva; PEREIRA, Leticia Maria da Souza. Implementação da Lei 10.639/2003: mapeando embates e percalços. Educ. rev., Curitiba, n. 47, p. 51-65, mar. 2013.

TRINDADE, Lucas Bonina. Ações afirmativas para estudantes negros e negras no ensino superior: estudo no Centro de Formação de Professores – CFP/UFRB numa perspectiva de raça e classe. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós- Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Jequié. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA – UFRB. Relatório de Autoavaliação Institucional: Relatório Parcial I do Quarto Ciclo Avaliativo / Comissão Própria de Avaliação – CPA /– UFRB. Cruz das Almas – BA: 2018-2020.

VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. In: História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África. (org) Joseph Ki-Zerbo. 2.ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010.

VERÓN, Eliseo. A produção de sentidos. São Paulo. Cultrix. Editora da Universidade de São Paulo. 1980.

VERÓN, Eliseo. El processo ideológico. Editorial Tiempo Contemporáneo. 1. ed. Buenos Aires. 1971.

VERÓN, Eliseo. La semiosis social, 2: ideas, momentos, interpretantes. 1. ed. Buenos aires: Paidós. 2013.

WATSON Doris L.; NEHLS Kimberly. Alternative Dissertation Formats: Preparing Scholars for the Academy and Beyond. In: Contemporary Approaches to Dissertation Development and Research Methods. Valerie A. Storey and Kristina Hesbol, editors. Description: Hershey, PA : Information Science Reference, 2016.